

CB
4/18/97
255 7

MADEIREIRAS

Ibama aperta fiscalização na Amazônia

Tina Coêlho 7.12.96

A extração ilegal de madeira na Amazônia é tão grande que para transportar as toras apreendidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região durante os últimos dois meses seriam necessários 2.600 caminhões.

Dispostos um atrás do outro, formariam uma fila de 30 quilômetros. São 65 mil metros cúbicos de madeira — uma floresta inteira.

A fiscalização também apreendeu 400 caminhões e 20 tratores. As multas por exploração, transporte ou comercialização de madeiras ilegais renderam mais de 1 milhão de reais aos cofres públicos.

A madeira apreendida fica sob custódia do Ibama até dezembro, quando termina a safra da madeira na Amazônia e se encerra a Operação Macauã — a fiscalização das atividades madeireiras este ano. Depois será leiloada, se não for liberada pela Justiça em razão de ações movidas pelos madeireiros.

O mesmo ocorre com veículos e equipamentos igualmente apreendidos. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, pretende evitar parte dos leilões, destinando a madeira apreendida para obras sociais, como a construção de casas populares pré-fabricadas.

O custo total da Operação Macauã é de 8 milhões de reais. As ações se realizam em conjunto com a Polícia Federal e o Exército.

Os madeireiros não gostaram nem um pouco da investida contra a exploração ilegal de madeira.

Em algumas localidades, como Ariquemes, em Rondônia, Guarantã do Norte e Tailândia, no Mato Grosso, eles protestaram nas ruas, fecharam estradas, sitiaram os postos de fiscalização e contaram inclusive com a colaboração de parlamentares e autoridades governamentais locais.

ILEGALIDADE

“Além de fiscalizar, procuramos nos reunir com os madeireiros para propor o ajuste da atividade às leis”, explica o chefe do departamento de Fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo. “Quem está interessado na atividade adere à idéia, mas tem gente que é predadora, que visa a lucros incommensuráveis e quando acaba a madeira vai embora, levando a riqueza auferida e deixando a área degradada”.

Além dos resultados da fiscalização direta, segundo o presidente do Ibama, Eduardo Martins, é preciso contabilizar algumas ações adotadas desde o ano passado em busca da racionalização da exploração madeireira.

O Ibama determinou a redução das cotas de exportação de mogno, de 140 mil metros cúbicos por ano para 70 mil; a moratória de 2 anos na concessão de novas autorizações de corte do mogno (que expira em junho de 1998) e a revisão dos planos de manejo de madeiras, com a suspensão de cerca de 70% dos planos por conterem irregularidades.



Lenhadores paraenses: operação gigante do Ibama para fiscalizar a extração de madeira na Amazônia resulta na apreensão de 65 mil metros cúbicos de toras

Ajuda para quem preserva a floresta

As empresas que aplicam técnicas de exploração sustentável da madeira na Amazônia podem receber ajuda do Ibama, que tem cerca de sete milhões de dólares para aplicar em um programa de apoio às atividades promissoras na exploração madeireira.

O dinheiro vem do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais, o PP-G7, negociado durante a Rio-92. Os recursos serão aplicados ao longo de cinco anos, porém os pioneiros da exploração racional da madeira não receberão dinheiro vivo, nem incentivos fiscais.

Eles serão parceiros do Ibama em cursos de treinamento para engenheiros florestais e outros profissionais envolvidos na extração madeireira, que, por sua vez, deverão reproduzir as boas técnicas em outras localidades da Amazônia.

A recompensa pelo esforço em trabalhar dentro da legalidade e de forma sustentável terá de ser obtida pelas próprias madeiras, junto ao mercado. “Eles pagaram a mais por conta própria, só pela certificação, sem que tivéssemos pedido nada”, conta Tim van Eldik, da madeireira Mil.

INVENTÁRIO

Todas as árvores de madeira comercial maduras e aquelas com diâmetro médio são inventariadas e localizadas num mapa. Cortam-se apenas as árvores maduras, abrindo um mínimo de trilhas possível. Estes cuidados permitem que o mesmo talhão volte a ser explorado dentro de 25 anos.

com as normas do Forest Stewardship Council, FSC.

Com 86 mil hectares e uma serraria, a Mil Florestal fica no município de Itacoatiara (AM).

Em vez de se comportar como as madeiras tradicionais da Amazônia e sair cortando todas as árvores de madeira de lei do entorno da serraria, para depois mudar a serraria de lugar, quando os recursos se esgotassem num raio de 100 quilômetros, a estratégia foi dividir a área útil (de 50 mil ha) em talhões de cerca de 2 mil hectares e explorar um talhão por ano.

Já a Fundação Floresta Tropical procura disseminar uma nova mentalidade madeireira na Amazônia investindo em tecnologia, treinamento e planejamento. A organização não-governamental (ONG) tem sede em Belém, no Pará, e trabalha com áreas-modelo. A

idéia é demonstrar, na prática, que a exploração racional da madeira amazônica é possível.

PRÁTICA

“Reunimos o conhecimento produzido nas universidades e instituições de pesquisa da Amazônia desde os anos 50 e transformamos as propostas de manejo acadêmicas em prática, com escala industrial”, explica o engenheiro florestal holandês Johan C. Zweede, da fundação.

O caminho escolhido por Zweede para criar esta nova cultura passa pela implantação de quatro áreas-modelo, com 400 a 500 hectares cada, nas regiões de onde se tira a maior parte da madeira amazônica de terra firme: próximo de Paragominas e nas ilhas do baixo Amazonas, respectivamente no Sul e Nordeste do Pará, e no Norte do Mato Grosso.

Elas são divididas em talhões de 100 hectares e utilizadas como exemplo concreto nos cursos de treinamento de mão-de-obra, além de demonstrar a viabilidade dos sistemas, em dias de campo, a empresários, pesquisadores e representantes de órgãos governamentais.

“REUNIMOS O CONHECIMENTO PRODUZIDO NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DA AMAZÔNIA DESDE OS ANOS 50 E TRANSFORMAMOS AS PROPOSTAS DE MANEJO ACADÊMICAS EM PRÁTICA, COM ESCALA INDUSTRIAL”

Johan C. Zweede,
engenheiro florestal

Este planejamento rendeu à Mil Florestal o prêmio de uma entidade ambientalista, a Tropical Forest Foundation. O manejo também foi aprovado pela Rainforest Alliance, que concedeu à empresa a certificação, de acordo

com as normas do Forest Stewardship Council, FSC.